

## Visão da semana: os estímulos do Exterior

Boa parte do noticiário econômico da semana passada esteve dominado pelas expectativas a respeito da eleição presidencial nos Estados Unidos. Esperava-se a renovação de mandato de Ronald Reagan, que acabou por acontecer. Agora, o presidente norte-americano terá de enfrentar com maior afinco o problema do déficit público, o qual tem praticamente norteadado toda a política econômica doméstica, além de pesar decisivamente sobre o comportamento das taxas de juro internacionais.

Um fator auspicioso para o Brasil foi a queda da prime rate, embora ainda seja prematuro traçar a tendência definitiva para os próximos meses. Essa redução traduz, essencialmente, uma diminuição — já esperada — no ritmo de crescimento da economia norte-americana, o que poderá refletir-se igualmente na valorização artificial que o dólar tem apresentado ultimamente. Em tese, a moeda dos EUA não deveria encontrar bases muito duradouras para permanecer com tanta força. Caso a política econômica de Reagan realmente cumpra seu propósito de controlar as pressões sobre o déficit público e de comércio exterior, os países em desenvolvimento com fortes dívidas teriam sua situação sensivelmente melhorada, a partir de uma estabilização do dólar e das taxas de juro.

O Brasil, por exemplo, beneficia-se de um quadro como este, na medida em que suas exportações parecem demonstrar uma tendência de firmeza bastante razoável. O saldo positivo da balança comercial em outubro — US\$ 1,210 bilhão — elevou para US\$ 10,863 bilhões o acumulado do ano, deixando entrever a possibilidade de um total, até dezembro, de cerca de US\$ 12,5 bilhões. Com isso, ganha força a tese de que o País não precisa pedir novos recursos na sua renegociação da dívida para o próximo ano, concentrando seus esforços na obtenção de créditos comerciais e de fundos sobre os quais não incidem spread. Ao que tudo indica, é bem mais recomendável evitar a contratação de novos débitos relativos a juros, mesmo porque o nível das reservas confere certa folga para administrar o balanço de pagamentos durante 1985.

No plano interno, o Congresso finalmente aprovou o Estatuto da Microempresa, que terá de ser sancionado pelo presidente da República. Cerca de 1,3 milhão de empresas serão favorecidas com a medida, devendo encontrar agora melhores condições de desenvolvimento e de permanência no mercado.

A execução da política econômica não chegou a trazer grandes novidades durante a última semana. A FIBGE divulgou uma taxa de crescimento industrial de 5,91% até setembro, confirmando expectativas manifestadas recentemente pelo empresariado quanto à recuperação da economia. As maiores dificuldades permanecem, contudo, na área monetária, onde as autoridades se defrontam com sérias restrições para conter a expansão dos agregados nos dois meses finais do ano. É certo que a liquidez continuará curta, seja devido às colocações de títulos públicos, seja por força da contenção dos créditos do Banco do Brasil.

O setor agrícola tem sido um dos mais prejudicados em função dessas restrições monetárias, verificando-se forte atraso na liberação de recursos para o plantio da safra de verão. A isso vem somando-se uma prolongada estiagem, cujos efeitos já podem ser sentidos sobre a quebra de algumas lavouras.

A semana trouxe ainda novo aumento dos derivados de petróleo e do álcool (22,5% em média), embora o governo reconhecesse que, para evitar mais uma defasagem nos recursos, teria sido necessário promover um reajuste de 35%.